



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638756 - SP (2021/0002234-2)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
DANILO CAETANO SILVESTRE TORRES - SP306373
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : VAGNER ALVES DE BRITO (PRESO)
CORRÉU : ROGERIO JANUARIO RAMOS
CORRÉU : DIOGO FERREIRA DE MORAES BATISTA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de VAGNER ALVES DE BRITO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (2250331-70.2020.8.26.0000).

O paciente foi condenado a cumprir, em regime inicial fechado, a pena de 2 anos e 11 meses de reclusão e a pagar 291 dias-multa, pela prática dos delitos previstos no art. 33, *caput*, e 33, § 4º, ambos da Lei n. 11.343/06, sem direito de apelar em liberdade.

O paciente interpôs recurso de apelação, sendo determinada a expedição da guia de recolhimento provisória.

Por ocasião da prolação da sentença condenatória, o paciente estava preso preventivamente. A autoridade impetrada manteve a sua prisão, levando em conta a gravidade do crime e os seus maus antecedentes.

A impetrante sustenta que não há evidências dos requisitos necessários que possam justificar a segregação do paciente. Afirma ainda que ele faz *jus* à fixação de regime prisional menos rigoroso, de modo que não está havendo homogeneidade entre a prisão e o regime prisional que ele suportará. Defende que não há nenhum motivo que o impossibilite de recorrer da sentença em liberdade.

Requer a concessão da medida liminar; posteriormente, pede que “seja a liminar concedida confirmada, em caráter definitivo, o que implicará na concessão da ordem de *HABEAS CORPUS* em favor do paciente, para que ele seja novamente colocado em liberdade provisória com ou sem a fixação de outras cautelares diversas da

prisão previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal”.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Além disso, foi consignado o seguinte no acórdão do TJSP:

Note-se que o disposto no artigo 312 do Código de Processo Penal foi observado, uma vez que cumpridos os requisitos da prisão preventiva, pois com a condenação, há prova da materialidade e da autoria e, ainda, para garantia da ordem pública e da aplicação da lei penal.

Insta referir que não há se falar em apelo em liberdade, posto que, como já dito, o paciente permaneceu preso durante a tramitação do feito, e assim deve permanecer para apelar da sentença.

[...]

Quanto à possibilidade de aplicação de uma das medidas cautelares previstas no artigo 319 do Código de Processo penal, verifica-se que estas não se mostram suficientes, adequadas e proporcionais ao caso *sub examine*.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente